

# **PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO PARA A GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS E FOMENTO DAS ATIVIDADES FLORESTAIS.**

**Roberta Rubim del Giudice**

## **Resumo**

O objetivo do presente trabalho é apresentar a proposta do Governo Federal Brasileiro para a gestão de florestas públicas e fomento das atividades florestais, encaminhada ao Congresso Nacional, como o Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, atual Projeto de Lei da Câmara nº 062, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, cria o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.

Se por um lado o setor florestal possui relevantes índices macroeconômicos, em que as cadeias de produção com base direta em produtos florestais madeireiros representam 4% do PIB brasileiro e geram 2 milhões de empregos diretos e indiretos, o quadro atual do setor reflete impactos socioambientais negativos, tais como o desperdício de matéria-prima, trabalho escravo, desmatamento de grandes áreas e outros. Estes impactos, entre outras questões, são reflexo da ausência de legislação específica para tratar do tema. Assim, procurou-se relatar o embasamento jurídico e doutrinário, os fundamentos políticos e o processo de elaboração, que deram corpo ao Projeto de Lei mencionado.

Como conclusão, são elencadas as razões que levam o Governo Federal a defender a necessidade de definição do marco legal para o tratamento das florestas públicas e para o fomento florestal, como essencial à gestão ambiental pátria.

## **Palavras chaves**

Florestas públicas – Manejo Florestal – Gestão

## **1. Introdução**

O Brasil possui a segunda maior, ficando atrás apenas da Rússia, e mais diversa área florestal do mundo, além de ser o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. Setores estratégicos da economia brasileira, como a siderurgia, as indústrias de papéis, embalagens, madeiras, móveis e a construção civil, estão estreitamente ligados ao

setor florestal. A matéria-prima florestal também apresenta grande relevância, em diversos setores produtivos, com destaque para os fármacos, cosméticos, alimentos, resinas e óleos.

Embora as florestas plantadas ocupem menos de 0,7% do território nacional e o manejo ocorrer em menos de 10% da área de florestas naturais, as cadeias de produção com base direta em produtos florestais madeireiros representam 4% do PIB brasileiro e 8% das exportações, recolhendo mais de R\$ 3 bilhões de impostos anualmente e gerando 2 milhões de empregos diretos e indiretos. Estima-se que apenas a Cadeia de Produção de erva-mate e outros produtos de folhas e frutos silvestres envolva mais de 800 mil pessoas.

A Amazônia brasileira é responsável por mais de 90% da produção florestal de áreas naturais do Brasil, embora, segundo estimativas, constitua-se de 24% de áreas privadas, 29% de áreas legalmente protegidas (incluindo unidades de conservação e terras Indígenas) e 47% de terras públicas ou devolutas, sobre as quais o exercício de atividades do Estado é ainda incipiente.

A ausência de legislação específica possui um significativo impacto nas duas principais vertentes da produção florestal no Brasil: manejo de florestas naturais e atividades relacionadas aos plantios florestais. O setor de florestas tem sido significativamente onerado pela falta de mecanismos políticos que propiciem um melhor impacto socioambiental e favoreçam o desenvolvimento tecnológico da atividade, imputando à economia, ao meio ambiente e à sociedade brasileira significativas perdas decorrentes do desperdício de matéria-prima, do desmatamento de grandes extensões territoriais, da ausência de reposição, da má utilização dos recursos florestais, da ineficiência da indústria e da desconsideração do potencial produtivo do setor florestal.

Arelados aos aspectos suscitados, destaca-se a histórica aleatoriedade das políticas de fomento florestal no Brasil. A atividade florestal possui diferenciais produtivos, como, por exemplo, tempo de produção, com baixa assimilação pelos instrumentos de financiamento de mercado que, em conjunto com a ampliação da taxa de risco motivada em parte pela falta de estabilidade nas políticas florestais que permitam as garantias necessárias para a realização de investimentos de longo prazo, causa escassez e elevados custos financeiros dos recursos disponíveis.

Sob outro enfoque, a região amazônica tem sido priorizada, nas últimas décadas, pelo Governo federal para a criação de assentamentos rurais, que geralmente ocorrem em locais isolados, desconsiderando características da paisagem natural e a presença de populações tradicionais. A pecuária extensiva é o uso predominante da terra nesses assentamentos. Em precárias condições de sobrevivência, muitos produtores familiares abandonam ou transferem,

irregularmente, as áreas a terceiros, o que contribui para o aumento do desmatamento, associado à expansão da pecuária extensiva e conversão para a produção de grãos.

As consequências da ausência na definição de normas de gestão das florestas públicas colocam o tema em evidência em diversas discussões políticas, principalmente as relacionadas ao desmatamento da Amazônia, como no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal, responsável pela proposição do Plano de Ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, no Plano Amazônia Sustentável - PAS e no Grupo de Trabalho Interministerial de Infra-estrutura.

A falta de regulamentação do acesso às florestas públicas propicia assim a depreciação, destruição e corte raso dessas florestas, sem gerar quaisquer benefícios sociais, ambientais ou econômicos. Devem ser ressaltadas também a exclusão social e a prática de atos ilícitos, como os processos de grilagem, a violência no campo, o trabalho escravo e outras violações dos direitos trabalhistas, evasão de impostos, extração ilegal de madeira e lavagem de dinheiro do narcotráfico. Adicionalmente, a desconsideração da vocação florestal da Amazônia provoca a retração do desenvolvimento regional, marcado pela escassa presença do Estado, com riscos à soberania em áreas isoladas e fronteiriças. Alerta-se, ainda, para a relação entre arcabouço jurídico vigente e a expansão do desmatamento na Amazônia, cuja área desmatada atingiu 23.750 quilômetros quadrados no período 2002-2003, a segunda maior já registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, restando evidente seu efeito nocivo sobre o meio ambiente.

## **2. Dos Fundamentos Jurídicos**

O arcabouço jurídico vigente no País não regulamenta a gestão de florestas públicas para a produção, tanto pelo particular como pelo Poder Público, de forma suficiente a garantir seu uso sustentável, por meio da exploração de serviços, como o turismo, e do manejo florestal sustentável. Entende-se, aqui, por Manejo Florestal Sustentável o conjunto de práticas de administração dos recursos florestais, que visam à produção madeireira e não-madeireira, como frutos, resinas e óleos, conservando as florestas em pé. Numa área de manejo florestal típica, em um hectare de floresta (10.000 m<sup>2</sup>), existem cerca de 200 árvores adultas e mais de 1000 árvores jovens. A atividade de manejo para produção de madeira compreende a colheita de 5 a 6 árvores por hectare a cada 30 anos.

A gestão de bens públicos, como água, minerais, espaço aéreo, e de serviços de natureza pública, como telefonia, telecomunicações, transportes, de modo diverso, são regulamentados por ampla legislação, conforme se verifica na tabela em anexo.

Verificada a insuficiência das normas sobre o tema e a necessidade de seu estabelecimento, foram levantadas as formas de gestão florestal aplicadas em diversos países, os estudos e a legislação pátria correlatos. Assim, com base no levantamento do estado da arte, para a formatação inicial da gestão de florestas públicas para a produção sustentável, destacaram-se os seguintes instrumentos: (a) o manejo realizado por particulares, com a privatização das florestas; (b) a gestão direta, com o desenvolvimento das atividades de manejo florestal sustentável conduzidas pelo Estado; e (c) através da gestão indireta, com a execução dos planos de manejo florestal sustentável por terceiros, com a manutenção do domínio público.

A primeira forma apresentada, privatização das florestas públicas já é permitida pela legislação vigente, por meio da venda do bem público em processo licitatórios ou pela destinação não onerosa a público da reforma agrária. Contudo, tal destinação não garante a manutenção das florestas, pois será permitida ao particular a conversão do uso do solo, conservando-se apenas florestas em áreas de preservação permanente e reservas legais, nos termos do Código Florestal. Além de não se apresentar como a melhor opção em termos de compatibilidade entre resultados econômicos e benefícios socioambientais, esta forma de gestão possui ainda um limitante constitucional disposto nos arts. 188, § 1º, e art. 49, inciso XVII, que determina que áreas acima de 2.500 ha somente podem ser transferidas ou concedidas com a autorização do Congresso Nacional.

A exploração direta de atividades econômicas pelo Poder Público, por representar uma intervenção do Estado na economia, somente é possível em casos específicos de segurança nacional ou quando represente relevante interesse coletivo, observados os setores e áreas de atuação definidas em lei complementar, nos termos da Constituição, art. 173 c/c 37, inciso XIX, *in fine*, que adotou o princípio da subsidiariedade. Assim, o Estado tem o dever de não explorar diretamente atividade econômica em concorrência com o setor privado. Tal premissa decorre dos princípios da livre iniciativa e da abstenção, abstraídos do disposto no art. 1º, inciso IV, da Constituição.

Ainda, quanto à gestão direta executada pelo próprio Poder Público, tem-se que poderia ser efetuada nas Florestas Nacionais, uma vez que essas são unidades de conservação e possuem o objetivo básico de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e realização de pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Contudo, o instrumento normativo para realizar tal gestão é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Os limites legais previstos na mencionada lei, como, por exemplo, o disposto no art. 57 quanto à duração máxima de 5 anos dos contratos, inviabilizam a consecução eficiente da gestão direta em Florestas Nacionais.

No que concerne à gestão indireta, podem ser apontadas duas formas: (a) a execução do manejo florestal por populações tradicionais, pela criação de Reservas Extrativistas-RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável-RDS; e (b) a execução do manejo florestal por empresas privadas, com a destinação por meio de processos licitatórios, assinatura de contratos e mediante pagamento ao Poder Público, titular da floresta. A criação de unidades de conservação destinadas a sustentabilidade do meio ambiente e do modo de vida tradicional, por meio de RESEX e RDS, já ocorre com base na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, embora se enfrente alguns obstáculos como os relacionados à atual disponibilidade de recursos públicos para cobrir os custos dos investimentos necessários.

A gestão indireta pela outorga onerosa efetuada pelo Estado a terceiros do direito de praticar o manejo florestal sustentável, para exploração de produtos e serviços florestais, possui viabilidade ante a Constituição de 1988. O uso dos recursos florestais por meio de manejo florestal, concedida pelo Poder Público, por meio de processo licitatório, não se subordinam ao disposto nos arts. 188, § 1º, e 49, XVII, da Constituição.

A concessão de que trata os arts. 188, § 1º, e 49, XVII, da Constituição, refere-se a concessão de uso do solo, geradora de direito real sobre o bem fundiário. Já a concessão florestal é geradora apenas de um direito pessoal, atribuído ao concessionário, sobre a cobertura vegetal, não havendo razão jurídica nem fática para a aplicação da regra de reserva de consentimento do Congresso Nacional. Não cabe interpretação extensiva do mandamento constitucional para aplicação às concessões para a gestão utilitária dos acessórios arbóreos destacáveis encontrados no solo, vez que importaria em contrariar princípio fundamental previsto no art 3º, II, da Constituição, voltado ao atendimento do interesse de progresso de toda a sociedade.

O destaque dos **recursos florestais do domínio do solo** é uma construção do Direito, que torna a **floresta** uma *universitas iuris*, para que possa ser tratada de modo separado e diferenciado do bem principal, ao qual ascende fisicamente, para o atendimento das finalidades econômicas ou sociais visadas pelo legislador. O destaque das florestas para que sigam regime diverso daquele pertinente ao solo já está previsto em diversas normas nacionais, a exemplo do disposto nos arts. 1º, 3º-A e 19 da Lei nº 4.771, de 1965; no art. 3º,

inciso V, da Lei nº 6.938, de 1981; e nos arts. 18, § 7º, e 20, § 5º, inciso IV, da Lei nº 9.985, de 2000.

A competência para realizar tal construção por lei se encontra **constitucionalmente** prevista para a disciplina do **meio ambiente** no art. 225, § 1º, III e VII da Constituição, na menção ao **dever** do Poder Público de proteger a **fauna e a flora** e definir, em todas as unidades da federação, os **espaços territoriais** a serem especialmente protegidos, na forma da lei, sobressaindo claramente a definição autônoma de seus componentes, que também devam ser especialmente protegidos.

Portanto, não há necessidade de submissão ao Congresso Nacional para a efetivação das concessões florestais, porém atualmente não existe permissivo legal que a viabilize.

### **3. Do fomento e da gestão das atividades florestais**

Durante as consultas realizadas para a elaboração do Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, verificou-se a necessidade de ampliar a adoção de políticas voltadas ao desenvolvimento das potencialidades das atividades florestais no Brasil, o que inclusive é demandado pelo setor privado. Objetiva-se, assim, o desenvolvimento de ações de fomento às das atividades florestais, por meio da promoção dos seguintes instrumentos: (a) expansão da base florestal plantada e das florestas submetidas ao manejo sustentável, com vistas à produção de matéria-prima compatível com as demandas da sociedade e dos diversos segmentos industriais de base florestal; (b) mecanismos financeiros e assistência técnica florestal; e (c) pesquisa e desenvolvimento tecnológico da silvicultura, do manejo florestal, do reflorestamento, da recuperação de áreas degradadas e do processamento da matéria-prima com maior eficiência industrial e agregação de valor aos produtos.

Outrossim, é fundamental para o desenvolvimento do setor florestal sinalizar aos investidores a adoção de uma política estável, permitindo investimentos de longo prazo e garantindo a sustentabilidade ambiental da atividade.

Cabe destacar que a Constituição trata as florestas em todas as suas formas sempre relacionadas ao meio ambiente, donde decorre a necessidade de vinculação das florestas às questões ambientais, promovendo ações que viabilizem a inserção da variável ambiental no plantio de espécies exóticas, a manutenção das florestas nativas e o incentivo à recuperação das áreas degradadas.

Ficam, pelo exposto, demonstradas as razões jurídicas e técnicas, descritas nos itens 2 e 3, que levaram o Poder Executivo federal a elaborar o Projeto de Lei de gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

#### **4. Do processo de elaboração do projeto de lei**

A elaboração do Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, considerou, além dos aspectos mencionados, os subsídios fornecidos por amplo processo de consulta pública, realizado por meio de reuniões de Grupo de Trabalho de Gestão de Florestas Públicas, com aproximadamente 90 participantes, da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor, composta por 37 representantes dos Governos Federal e Estaduais, dos setores privados, da sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa, e incluiu a realização do Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas.

Além destes esforços, contribuições foram colhidas, nos últimos nove meses, por meio de reuniões setoriais realizadas em várias regiões do País e por meios não presenciais como carta, FAX e correspondência eletrônica, estas últimas com mais de 1200 solicitações respondidas. Ao longo do processo, o anteprojeto de lei recebeu mais de 600 emendas e o texto final representa a harmonização das propostas, tendo como base as recomendações da Conaflor.

#### **5. Do Projeto de Lei nº 4.776, de 2005**

Como resultado dos fatos e fundamentos mencionados, a proposta prevê um desenho organizacional para a gestão florestal, com a criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, instância de fomento às atividades florestais, e a regulamentação de três formas de gestão de florestas públicas, com âmbito em todos os biomas brasileiros: (a) a criação e a gestão direta de Florestas Nacionais, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; (b) a destinação às comunidades locais; e (c) a concessão onerosa de florestas públicas, naturais ou plantadas, e das unidades de manejo das Florestas Nacionais.

A instituição do Serviço Florestal Brasileiro, como um órgão da administração direta, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo o desempenho de três funções específicas: (a) atuar como órgão gestor do sistema de gestão de florestas públicas; (b) fomentar o desenvolvimento florestal sustentável no Brasil; e (c) gerir o Fundo Nacional

de Desenvolvimento Florestal. Deste modo, as atividades de fomento e gestão florestal estarão desvinculadas do controle e da fiscalização ambientais, que permanecem com o IBAMA, evitando-se assim o exercício por um mesmo órgão de competências conflitantes entre si.

A autonomia administrativa e financeira do Serviço Florestal Brasileiro será garantida por meio de Contrato de Gestão, com respaldo no art. 172 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

A criação do FNDF objetiva a promoção do fomento e do desenvolvimento tecnológico das atividades florestais sustentáveis bem como atividades de monitoramento das florestas públicas. Entre outras fontes, parte dos recursos obtidos com o processo de concessão florestal onerosa comporá as reservas do fundo.

O Projeto de Lei possui diversos artigos que regulamentam a concessão florestal onerosa, por tratar-se de instituto novo que requer a previsão legal de suas regras gerais, definidas nos seguintes passos:

1. inclusão das florestas públicas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas;
2. preparação do Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF, com a inclusão anual de todas as florestas que poderão ser objeto de concessão;
3. realização de consulta pública sobre o PAOF e submissão à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, formada por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, da comunidade científica e dos movimentos sociais;
4. estudo detalhado de cada floresta pública e sua divisão em Unidades de Manejo para a composição dos lotes de concessão a serem licitados. Todos os lotes serão compostos por Unidades de Manejo pequenas, médias e grandes, para as quais cada pretende poderá concorrer a um número máximo, definido em função de critérios técnicos, garantindo o acesso a pequenos, médios e grandes produtores;
5. solicitação de autorização prévia ao órgão ambiental competente, o que garantirá a aptidão das florestas para o manejo florestal e definição dos produtos e serviços incluídos;
6. execução do procedimento licitatório, com julgamento baseado nos seguintes critérios: (a) o melhor preço e (b) a proposta de menor impacto ambiental e maior benefício socioeconômico; e
7. assinatura do contrato de concessão e submissão do Plano de Manejo Florestal Sustentável ao órgão ambiental competente, pelo vencedor.

As concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas, apenas autorizam o manejo para exploração de produtos e serviços da floresta. Além do que,



os contratos de concessão, com duração de 5 a 60 anos, estabelecerão as regras para utilização da área e para atualização de preços dos produtos e serviços explorados.

O Monitoramento e fiscalização das concessões serão executados por diversos órgãos:

- 1. O IBAMA, órgãos seccionais e locais de meio ambiente farão a fiscalização ambiental da implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável;
- 2. O Serviço Florestal Brasileiro fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão, firmados pela União;
- 3. Auditores independentes analisarão as práticas florestais a pelo menos cada 5 anos.

Embora com maior efeito sobre a região amazônica, o propósito do projeto de lei é permitir o acesso ao recurso florestal de forma controlada e sustentável, com a manutenção do domínio público das terras. Ao mesmo tempo, a proposta pretende promover a inclusão social e a manutenção da qualidade ambiental, com a repartição social dos benefícios do manejo da floresta e a promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a maximização dos efeitos redistributivos do resultado econômico dessas atividades e a correção de assimetrias regionais de desenvolvimento. Adicionalmente, busca-se regulamentar a extração matéria-prima florestal de origem sustentável, com o objetivo de eliminar a evasão fiscal e a concorrência entre os produtos insustentáveis originados em atividade ilegal. Ressalte-se, ainda, a proteção dos direitos indígenas e das comunidades locais, valorizando as diversidades ambiental, socioeconômica e cultural brasileiras, com observância da legalidade, transparência e controle social.

Com o objetivo de evitar uma alteração brusca no setor florestal, foi proposta uma forma transitória de implantação do sistema de concessões florestais, com a estipulação de um Plano Anual de Outorgas Florestais, que, nos primeiros dez anos, deverá observar um limite de florestas públicas passíveis de submetidas à concessão florestal.

O Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, foi aprovado na Câmara dos Deputados em junho de 2005 e encaminhado ao Senado, onde tramita como Projeto de Lei da Câmara nº 062, de 2005, e foi aprovados pelas três Comissões especiais a que foi submetido, sem emendas, e aguarda sua apreciação pelo Plenário.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi alterado, sem comprometer sua essência. As principais alterações foram as seguintes:

- Alteração dos termos utilizados no licenciamento ambiental das atividades florestais e inclusão de capítulo sobre o tema: o Estudo de viabilidade ambiental

foi substituído pelo Relatório ambiental preliminar e/ou Estudo de Impacto Ambiental - EIA; Anuência Prévia substituída por Licença Prévia; e a Autorização de Exploração, prevista nas normas que dispõe sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável, por Licença de Operação;

- inclusão de alteração da Lei nº 6.938, de 1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente) para inclusão da servidão ambiental;
- restringiu a dois contratos por lote de concessão a empresa ou consórcio
- restringiu a habilitação a empresa ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País;
- inclusão do limite máximo de 10% da área de floresta pública disponível para concessão por concessionário nos primeiros 10 anos;
- exclusão das áreas públicas já ocupadas e convertidas para uso alternativo do solo das concessões florestais vinculado ao ZEE;
- especifica as garantias contratuais, que o Projeto de Lei do Poder Executivo remetia para a regulamentação.

## **6. Conclusões**

1. Há a necessidade de instituição de um marco regulatório voltado a: (a) definição dos mecanismos de gestão das florestas públicas para a produção sustentável; (b) desenvolvimento de ações de fomento às atividades florestais; e (c) definição de um desenho institucional para a gestão e fomento florestal;

2. O projeto de lei caracteriza-se como um instrumento político para o desenvolvimento sustentável, prevê mecanismo de absorção de oportunidades apresentadas em nichos específicos de mercado para produtos de origem sustentável e promove a atividade florestal e a inserção social. Tais consequências contribuirão para a efetiva redução dos índices de desmatamento e para o desenvolvimento sustentável em diversas regiões, inclusive nas menos favorecidas pelos processos de integração nacional.

3. Os ganhos ambientais do sistema de gestão proposto derivam também da destinação de grandes áreas florestais ao uso sustentável, através do manejo florestal, com agregação de valor à floresta em pé, reduzindo a pressão para a expansão da fronteira agrícola e ampliando a oferta de produtos florestais oriundos das florestas plantadas. O sistema também tornará mais transparente o monitoramento das atividades florestais, por intermédio das auditorias independentes obrigatórias nas áreas submetidas à concessão, e mais efetivo o controle, pela concentração da fiscalização nas áreas manejadas e pela geração de receita que a viabilizará.

## 7. Tabelas de normas levantadas durante a elaboração do Projeto de Lei

<b>Norma</b>	<b>Data</b>	<b>Referência</b>
<b>Constituição</b>	5 de outubro de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil
<b>Leis</b>		
Lei nº 9.605	12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 6.938	31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei nº 9.636	15 de maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos- Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Lei nº 8.630	25 de fevereiro de 1993	Dispõe sobre o Regime Jurídico da Exploração dos Portos Organizados e das Instalações Portuárias, e dá outras Providências.
Lei nº 8.666	21 de junho de 1993	Regulamenta o art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, Institui Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências.
<b>Decreto-lei</b>		
Decreto-lei nº 200	25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras Providências.
<b>Decreto</b>		
Decreto nº 3.725	10 de janeiro de 2001	Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.
<b>Normas Estaduais</b>		
<b>Pará</b>		
Lei nº 5.887	1995	
Lei nº 6.462	04 de julho de 2002	Lei Florestal do Pará
Projeto de Decreto	2003	Dispõe sobre a criação de florestas estaduais e da regulamentação do regime de concessão para a produção florestal previsto no artigo 16 em seus parágrafos 6º, 7º e 8º, e dá outras providências.
<b>Acre</b>		

Lei nº 1.426	27 de dezembro de 2001	Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências
<b>Rondônia</b>		
Lei nº 1143	12 de dezembro de 2002	Regulamenta o artigo 8º, incisos XVI e XVII e o artigo 219, incisos I, II, III e V da Constituição Estadual, que dispõem sobre o uso sustentável das Florestas Estaduais e Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, e dá outras providências
<b>Amazonas</b>		
Lei nº 6.462	4 de julho de 2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação e dá outras providências.
<b>Normas de outros países</b>		
<b>Bolívia</b>		
Lei nº 1700	12 de julho de 1996	Ley Forestal
<b>Venezuela</b>		
Lei sem número	26 de enero de 1966	Ley Forestal de Suelos y de Aguas

Fonte: elaborada pelo autor

## 8. Normas sobre outros bens e serviços públicos

<b>Políticas</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ementa</b>
Recursos Hídricos	Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Mineração	Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967	Código de Mineração - Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.
Espaço Aéreo	Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.
Energia Elétrica	Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Cinema	Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.
Energia - Petróleo	Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.
Transportes aquaviários e terrestres	Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.
Telecomunicações	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Concessão de uso do solo	Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre Loteamento Urbano, Responsabilidade do Loteador, Concessão de Uso e Espaço Aéreo e dá outras Providências.
Serviços Públicos	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

Fonte: elaborada pelo autor

## 9. Referências bibliográficas

- BARBIERI, Edison. **Amazônia: morte e vida**. In: Revista Mundo e Missão nº 54, 19, 2001.
- INPE. **Índices de desflorestamento**. 2003. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/>. Acesso em: 27.08.2003.
- BRASIL. **Análise e avaliação do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro** - Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial - Casa Civil da Presidência da República do Brasil. Brasília. 2003.
- \_\_\_\_\_. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 427 p., 2002.
- BRAUDEAU, Michel. *All'Ombra Della Foresta – La lotta tra l'Amazzonia e il rullo compressore del progresso. Una storia raccontata da Le Monde*. Internazionale 502, 28-35, 2003.
- FAO - Food and agriculture organization of the united nations. **Situación de los bosques del mundo (SOFO)**. Parte II - Políticas, planificación y acuerdos institucionales: Problemas en la planificación, la política y la legislación nacionales sobre el sector forestal. Departamento de Montes. Disponível em: [Http://www.fao.org](http://www.fao.org).
- GRAY, John A. **Forest Concession Policies and Revenue Systems – Country Experience and Policy Changes for Sustainable Tropical Forestry**. World Bank Technical Paper nº 522 – Forest Series. The World Bank. Washington, D. C, 2002.
- IPAM. **Relatório do Projeto “Cenários Futuros para a Amazônia”**. 2001. Disponível em: <http://www.ipam.org.br/projetos/avanca/ab.php>. Acesso em: 14.07.2003.
- \_\_\_\_ e ISA. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. In: Sustentabilidade e Democracia para as políticas públicas na Amazônia. Cadernos temáticos nº 8 - Brasil Sustentável e Democrático. A.C.Barros ed. FASE/IPAM. 2001.
- LAURANCE, William F. *et al.* **The Future of the Brazilian Amazon**. 2001. Disponível em: [http://lba.cptec.inpe.br/publications/Laurance\\_etal\\_2001.pdf](http://lba.cptec.inpe.br/publications/Laurance_etal_2001.pdf). Acesso em: 14.07.2003.
- MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Agências Reguladoras - Instrumentos do Fortalecimento do Estado**. Associação brasileira de agências de regulação – ABAR. São Paulo. Disponível em: [www.abar.gov.br](http://www.abar.gov.br). Acesso em: 28.02.2004.
- MORELL, Merilio (editor). **Governance principles for concessions and contracts in public forests**. Food and agriculture organization of the united nations – FAO. Rome, 2000.
- NEPSTAD, Daniel, MOREIRA, A. e ALENCAR, A. **A Floresta em Chamas: Origem, Impactos e Prevenção de Incêndios Acidentais na Amazônia**. Brasília: PPG-7/Banco Mundial, 147p,1999.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente 1. Claude Raynaut e Magda Zanoni (Orgs.), Curitiba: Ed. UFPR, 1994.
- SARRE, Alastair. **Concessions: catching a tiger by its tail?** In ITTO Newsletter – Tropical Forest Update (editorial). Vol. 13. Number 3. Maio, 2001.

TUFFANI, Maurício. **Amazônia - a floresta sobreviverá**. Revista Galileu, 2001. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/reportagem-esp/2001/jun/re-galileu-01.htm>. Acesso em: 02.08.2003.